

Os cupins da floresta

Não foi preciso esperar muito para confirmar o desastre que foi a decisão do governo de permitir atividades de madeiras estrangeiras em grande escala na Amazônia. Se o Ibama e o Incra já não conseguiam fiscalizar essas atividades quando só estavam em campo as nacionais, estava claro desde sempre que o descontrole só poderia aumentar depois que autorizou a entrada no País das internacionais e, ainda por cima, liberou suas atividades em áreas que antes não estavam sob ataque, especialmente nas Florestas Nacionais (Flonas). Com capacidade financeira, equipamentos e técnicas de corte bem mais eficientes que as das tradicionais madeiras brasileiras, e disposição predatória igual ou maior que a delas, como mostra o seu tenebroso retrospecto, elas só estão contribuindo para acelerar a devastação ambiental na região. O resultado é comprovado pela fiscalização dos satélites, que mostra que 13 mil quilômetros quadrados de florestas nativas foram derrubados apenas no ano passado, o equivalente à metade da área do Estado de Alagoas.

Quando se instalaram na Amazônia, tudo o que as madeiras estrangeiras tiveram de fazer foi incorporar os méto-

dos preexistentes de burlar a fiscalização. As áreas selvagens, onde elas atuam, são, por definição, as áreas onde o Estado ainda não chegou. E as portas de saída do produto da devastação, os únicos pontos que o Estado pode controlar de forma minimamente eficiente, já estavam abertas pela corrupção, que se intensificou com a chegada dos dólares dos desmatadores estrangeiros. A forma tradicional de burlar a fiscalização contratando desmatadores "laranjas" (os pequenos madeireiros ilegais, ex-garimpeiros, posseiros, sem-terra, índios e outros dos chamados "cupins da Amazônia", que hoje constituem um exército calculado em 300 mil pessoas) para fazer o serviço sujo e arriscado nas áreas vedadas à exploração, cujo produto é "esquentado", depois, como se tivesse saído das áreas liberadas, usada desde sempre pelas madeiras nacionais oficializadas, simplesmente foi incorporada pelas estrangeiras.

Diferentes entidades ambientalistas reuniram evidências confirmando que mais de 80% dos focos de desmatamento são causados por esses pequenos "cupins"; que as madeiras estrangeiras, especialmente as asiáticas, compram 60% do que eles extraem; e que elas já dominam 90% da exportação de madeiras da Amazônia.

Segundo o relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos, cerca de 30 milhões de metros cúbicos de madeira extraídos ilegalmente foram enviados ao exterior, desrespeitando os Planos de Manejo Florestal exigidos pelo Ibama.

A abertura às madeiras estrangeiras é um erro clamoroso, para não dizer um crime. O vertiginoso florescimento das variadas formas de exploração verdadeiramente sustentável de áreas naturais, que é o desfrute dos produtos renováveis da floresta, como os da fauna, por excelência - que sustentam a riquíssima indústria da caça e da pesca esportivas (mais de US\$ 170 bilhões por ano somente nos EUA) e se repõem em ciclos anuais, enquanto o corte de árvores, mesmo quando feito dentro das regras que não são respeitadas na Amazônia, pede, no mínimo, 30 anos entre uma colheita e outra -, e de outras formas de turismo ecológico que empregam grandes contingentes de mão-de-obra para sempre, em atividades educativas e que requerem, como condição essencial de sucesso, o bom estado de conser-

vação das florestas, fez com que todos os outros países do mundo restringissem cada vez mais a atividade madeireira que, atingindo diretamente os habitats, compromete todas as demais possibilidades futuras de uso dessas áreas. E isso vai fazendo com que a conservação ambiental, de um problema insolúvel, se transforme num grande negócio.

O Brasil foi, mais uma vez, na contramão da História.

Tendo nas mãos a última grande área selvagem do planeta, cujo destino manifesto é tornar-se o maior pólo de turismo ecológico do mundo, beneficiando esta e as

futuras gerações de brasileiros, entregou-a a quem nela pretende colher, sem ter plantado, matéria-prima barata para a fabricação de caixotes para embalagens e andaimes de construção em apenas um ciclo econômico que gera empregos temporários para poucos e lucros fáceis apenas para alguns, deixando para trás apenas terra arrasada. É, para dizer o mínimo e para não entrar em conjecturas mais pessimistas, um péssimo negócio. Uma política que tem de ser revista, antes que seja tarde demais.

As madeiras estrangeiras compram 60% do trabalho predatório dos "cupins"